

Carlos Eduardo Pacheco Amaral

*O Ano da Europa. Os Açores e as regiões da Europa no contexto da nova conjuntura*

in

*A Europa de Leste e a atlântica portuguesa*, Ponta Delgada, CERIE, Universidade dos Açores, 1990, pp. 155-164. Publicado igualmente in *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, nº 5, Novembro de 1990

© *Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia (CERIE)*  
*UNIVERSIDADE DOS AÇORES*  
*Rua da Mãe de Deus*  
*9500 PONTA DELGADA*  
*AÇORES*

# A EUROPA DE LESTE E A ATLANTICIDADE PORTUGUESA

AS MUDANÇAS NA EUROPA DE LESTE E NA URSS  
E A CONJUNTURA EURO-ATLÂNTICA DE PORTUGAL

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**26 e 27 de Julho de 1990**



*Orientação gráfica e arranjo gráfico: CERIE*  
*Capa sobre design de Michael Hudec*

**CERIE**  
**PONTA DELGADA — AÇORES**  
**1990**

O ANO DA EUROPA.  
OS AÇORES E AS REGIÕES DA EUROPA  
NO CONTEXTO DA NOVA CONJUNTURA

Dr. Carlos Pacheco Amaral \*

*Annus Mirabilis.* Um ano verdadeiramente maravilhoso. O ano da Europa — por direito próprio e não por superior e «magnânime» sugestão emanando da Casa Branca. 1989 foi, de facto, tudo isto; e 1990 tem vindo a prová-lo!

Não iremos, aqui, traçar, mais uma vez, toda aquela vaga tremenda de *mudanças* que tem vindo a varrer o Velho Continente, e ameaça sarar aquela profunda ferida que, na sequência da II Guerra Mundial, lhe foi introduzida para o dividir em dois — tais eventos estão bem vivos na memória recente de cada um de nós e já foram, aqui, exaustivamente descritos. Antes, o que nos propomos é, tão só, lançar um olhar mais crítico ao conjunto de tais *mudanças*, ao seu significado último para o já Velho Continente, e à *fortuna*, à oportunidade que tal conjuntura se nos oferece para o exercício da nossa eventual *virtú*.

1. 1989 representa, acima de tudo, o verdadeiro término da II Guerra Mundial, o qual será provavelmente colmatado, ainda em 1990, com um tratado de paz formal, a sair das actuais negociações 2 + 4, entre *as duas Alemanhas* e as quatro potências vencedoras do último conflito mundial.

De facto, se até agora era fácil consignar uma data de início da última Grande Guerra — a invasão da Polónia pela Alemanha em 1939 — o seu término era impossível de especificar; exceptuando, é claro, o que

---

\* CERIE, Universidade dos Açores.

se reporta à transição da *guerra quente* para a *guerra fria* e ao respectivo reajustamento de sistemas de alianças. Isto é, na Europa passou-se de *guerra quente* para *guerra fria*, sem que a primeira tivesse terminado; e são ambas que, na actual conjuntura, chegam ao fim!

Tendo, na sua base, a agressividade alemã, a *guerra quente* havia terminado, materialmente, com a derrota militar daquele país. O final da década de 1940 foi, contudo, testemunho duma obstinácia e duma política expansionista soviética que ditaram a continuação daquele conflito, até aos nossos dias, e nem permitiram o encerramento formal do mesmo pela via tradicional dum tratado de paz.

Bem ou mal, a percepção Ocidental da política soviética foi profundamente marcada pela famosa descrição que Georges Kennan publicou na *Foreign Affairs*, assinada simplesmente por X.

A actuação política da União Soviética é como um jorro fluído, em movimento constante, em qualquer sentido que lhe seja permitido avançar; sempre na direcção dum mesmo alvo. O seu objectivo principal é assegurar-se de que preencheu todos os recantos e todas as gretas disponíveis na bacia do poder mundial...<sup>1</sup>

Assim, e face a tal jorrar desenfreado, em expansão constante para qualquer direcção que lhe seja permitida, ou, pelo menos, face à percepção ocidental de tal realidade,

Torna-se, óbvio — continua Kennan com impecável lógica —, que o objectivo principal da política dos Estados Unidos para com a União Soviética tem de ser a duma contenção a longo prazo, paciente, mas firme e vigilante, das tendências expansivas russas.<sup>2</sup>

Para que o rio ideológico se não espairasse pela Europa livre e pelo resto do mundo, urgia, pois, a construção de diques em todo o seu perímetro, urgia um cerco cerrado.

Causa e efeito? Onde se inicia a sequência lógica de toda a série de acções e reacções ocidentais e soviéticas que deram azo à *guerra fria* e a caracterizaram? Até que ponto é que a política ocidental deixou de ser reactiva à política soviética para ser activa; e quando é que a política soviética deixou de ser activa, para ser reactiva. E, finalmente, em que ponto é que a *guerra fria* assumiu uma vida própria, no seu ciclo vicioso próprio, independentemente das vontades dos estados envolvidos?

<sup>1</sup> Georges Kennan, *The Sources of Soviet Conduct*. By X. *Foreign Affairs*, Julho de 1947. Esta, e as traduções subsequentes, são do autor deste artigo.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

*Annus Mirabilis*; em que graças à visão política do Presidente soviético, à sua coragem e à sua *virtú*, tudo isto terminou. O ciclo vicioso de desconfiança e hostilidade foi quebrado, e a Europa promete deixar de ser o campo de batalha onde Este e Oeste ameaçavam confrontar-se!

2. *Annus Mirabilis*. Ano de emancipação do Velho Continente relativamente, quer a soviéticos, quer a norte-americanos.

Com os dois conflitos mundiais da primeira metade deste século, verificou-se uma fuga de poder da Europa para as suas periferias: para os Estados Unidos e para a União Soviética. Em 1815, na sequência das Guerras Napoleónicas, foram as potências europeias que, reunidas em Congresso em Viena deram nova forma ao mapa do Velho Continente e estabeleceram, para si, um regime de segurança e de relações internacionais. E foram também os estados europeus que, nos dois Congressos de Berlim de 1878 regulamentaram a desintegração do Império Otomano sobre os Balcãs, e refizeram as fronteiras de África, repartindo aquele continente entre si.

Contudo, já a década de 1940 foi testemunha da realidade oposta; vejam-se as Conferências de Yalta e de Potsdam, por exemplo, em que que é o próprio futuro da Europa que é decidido para os europeus, por soviéticos e por norte-americanos. A mesma Europa que no século passado havia sido senhora do mundo, na sequência da II Guerra Mundial encontrou-se de tal modo debilitada que nem o seu próprio destino controlava.

Mais ainda, se em relação ao Ocidente a política da respectiva potência dominante — os Estados Unidos — apontou, desde o início, para a sua reconstrução, auto-afirmação e independência (veja-se, por exemplo, a política de Truman para a Grécia e para a Turquia, o Plano Marshall, a OTAN e o apoio activo norte-americano ao movimento de integração europeia), se esta foi a política norte-americana para a Europa, o mesmo já se não poderá dizer em relação à política do outro grande senhor da Europa — a União Soviética — relativamente à sua actuação no âmbito da sua *esfera de influência*.

*Annus Mirabilis*: em que, por razões diversas, a Europa volta a assumir as rédeas do seu destino próprio; propõe-se sarar, com as suas mãos e a ritmo da sua escolha, as últimas feridas que lhe foram impostas pela II Guerra Mundial e avança, a passos largos, para a sua unificação monetária, económica e política.

É nesta conjuntura que a Europa readquire uma pujança marcante — a todos os níveis: económico, político, diplomático, etc. — a qual veio

ainda acompanhada por um declínio das duas superpotências de quem dependia o seu futuro.

Por um lado verifica-se a tão denominada *sobre-extensão imperial americana*, a respectiva perda crescente de capacidade de intervenção eficaz no sistema internacional, à qual não deixou de se aliar a tradicional política daquele país de incentivar a reconstrução da Europa. O objectivo de sempre, agora possível de ser executado graças à superior visão de estadista do Presidente Georges Bush, continua a ser a emancipação do Velho Continente, com vista à assunção da sua detesa própria.

Pelo outro lado, a última década veio evidenciar, a todo o mundo, uma União Soviética decadente e empobrecida a todos os níveis, salvo o militar — sector, aliás, para o qual se dirigia toda a actividade nacional daquele país —, uma União Soviética necessitando, desesperadamente, de contactos e de tecnologia ocidental para a sua modernização — o que lhe negava, pois, a própria validade e utilidade da sua militar superpotência. O poderio militar soviético havia-se tornado em estorvo. E, finalmente, foi a mesma década de 80 que trouxe ao poder naquele país um estadista capaz de, no dizer de Maquiavel, exercer a sua superior *virtú*, e visão política sobre a *fortuna*, a conjuntura que lhe era apresentada para actuação. Decidido pela modernização do seu país, Mikahil Gorbachov não hesitou em abrir mãos das rédeas com que, tradicionalmente, a União Soviética dominava, com pulso de ferro, toda a Europa de Leste.

O progresso interno do Velho Continente aliou-se ao declínio, mesmo que parcial, das duas *hegemonias* mundiais: com estadistas de craveira ocupando os principais centros de poder, a emancipação da Europa era inevitável.

3. *Annus Mirabilis*, em que o ruir do muro de Berlim representou a afirmação de todos os ideais de liberdade, democracia, desenvolvimento, que, durante quase 50 anos, haviam sido negados a metade do continente.

Ano da Europa; mas, fundamentalmente, o ano da Alemanha. E ano da Europa, de sobremaneira porque, ano da Alemanha. Do mesmo modo que foi a divisão da Alemanha e, muito particularmente, o muro de Berlim, que estigmatizaram a *guerra fria*, e todo o pós-guerra; também o solucionar da questão da *união alemã*, como Genscher lhe costuma chamar, irá sem dúvida marcar profundamente a grande tarefa da

ordem do dia que aos europeus se impõe: a construção duma nova arquitectura política e estrutural para a Europa.

Foi o próprio Konrad Adenauer — primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha — que, há 35 anos atrás, estabeleceu os parâmetros para a resolução da *questão alemã*, quando afirmou que «a unidade alemã é possível, apenas sob um tecto europeu»<sup>3</sup>. Pois que, como o afirmou recentemente o actual Chanceler Alemão Federal, Helmut Kohl,

Tudo o que se passa na Alemanha desenrola-se, geopoliticamente, no centro da Europa. Isto quer dizer que tudo o que alterar a condição da Alemanha, alterará também a da Europa. O que quer dizer que não estamos sós.<sup>4</sup>

Não é, pois, por acaso, que a questão da *união alemã* se encontra intrinsecamente ligada à questão da unificação europeia.

Mais ainda, importa aqui não confundir *estado* e *nação* — quer ao nível da união alemã, quer ao nível da união europeia. Sintomaticamente, a Lei Fundamental da República Federal aponta para a *unidade da Nação Alemã*; não para a sua organização numa mesma e única estrutura estatal.

Para que 1989 se transforme num verdadeiro *Annus Mirabilis* da Europa, urge não repetir os erros do passado, aprender com o falhanço do Congresso de Haia de 1948, e com o sucesso do próprio *milagre alemão*.

Imposto pelos aliados com o objectivo de a esquartejar, e, assim, assegurar a definitiva debilidade da já dividida Alemanha, o federalismo alemão ocidental veio provar situar-se nos próprios antípodas das pretensões aliadas, constituindo, isso sim, factor de estabilidade, desenvolvimento, democraticidade e união.

A Europa, e o projecto de união europeia, reclamam, pois, uma nova arquitectura política estrutural. Não uma arquitectura anti-estatal — que, como ficou bem demonstrado no Congresso de Haia de 1948, estaria destinada ao fracasso —, mas uma estrutura que vá para além dos estados: quer no sentido da criação de integração e união supra-estatal, quer no sentido da criação e do funcionamento efectivo de integração e união infra-estatal autónoma.

<sup>3</sup> Citado pelo Chanceler Helmut Kohl, no seu discurso à Comissão das Comunidades Europeias no dia 23 de Março de 1990. *Europe Documents*, n.º 1607, 27 de Março de 1990.

<sup>4</sup> Helmut Kohl. *Ibidem*.

Assim, a conjuntura actual europeia afigura-se-nos plena de oportunidades para a construção duma nova Europa: *uma Europa federal das Regiões*, única capaz de executar cabalmente os ideais que grassam por todo o Continente e que, no ano transacto, foram a causa da série de autênticas revoluções que, em cadeia, varreram toda a Europa.

Será que os europeus irão permitir que a história se repita, e que, mais uma vez, os ideais políticos liberais ocidentais de liberdade, dignidade e auto-realização fiquem por executar?

Em 1848, toda a Europa fora palco duma série de revoluções em cadeia que, começando em Itália, ganharam momento em Paris, de onde se alastraram por toda a Europa. Nobres ideais de liberdade, democracia, segurança social, união federal, eram cantados por todo o Continente. E, contudo, ao idílico sonho dos revolucionários de 1848 seguiu-se, de novo, por todo o continente, um período de reforçada repressão autocrática.

Exactamente um século mais tarde, com a Europa desfeita pela guerra, ideais semelhantes não puderam, de novo, ser transportados para a realidade política europeia: veja-se o seu ruir com o Congresso de Haia e o sucesso muito limitado do Conselho da Europa que, herdando o seu ideário, foi, ele também, incapaz de o executar — exceptuando a grande área dos *direitos do homem*.

1989 veio apresentar-nos uma nova oportunidade; não a percamos.

4. Em causa está a construção duma nova Europa: a *Europa das Regiões*.

A Europa dos estados encontra-se face a uma crise profunda. As revoluções que temos vindo a observar no Leste europeu e na URSS — grande tema de fundo, afinal, deste seminário — alvejam também as estruturas ossificadas do sistema estatal tradicional. É que os estados tradicionais têm vindo a evidenciar-se incapazes de responder cabalmente às necessidades de autocontrolo, de auto-realização — *de autonomia* — dos respectivos cidadãos e dos respectivos povos: *autonomia* não só em relação a Moscovo, mas também *autonomia* em relação às respectivas capitais estatais, distantes e desinteressadas e, muitas vezes, ocupadas por estrangeiros!

A volta do sistema estatal tem-se gerado um profundo mito. Em busca da crescente e sacrossanta exaltação do estado, muitos são aqueles que parecem ter invertido a sua ordem de prioridades no que se reporta à relação entre o cidadão e o estado, e atribuído ao conceito de estado

uma série de características rígidas, imutáveis e místicas, que está longe de possuir.

Em primeiro lugar, afigura-se-nos oportuno pensar o estado contemporâneo como uma forma particular de organização política, fruto, fundamentalmente, do solucionar dos conflitos europeus do séc. XVII e do positivismo do séc. XIX. Assim, o estado contemporâneo não é algo que sempre tenha existido e tenha de continuar a existir para todo o sempre sob a sua forma actual. Antes, cremos bem poder situar o seu surgimento na famosa Paz de Westefália e na ordem europeia então criada. E, uma vez alteradas substancialmente as condições que lhe deram azo, também o próprio estado terá de se submeter às alterações exigidas pela nova conjuntura.

Em segundo lugar, urge colocar os elementos da equação *cidadãos-estado* nos seus devidos lugares. É o estado que existe para servir os cidadãos, e não vice-versa! E, quando as estruturas estatais deixam de servir os interesses dos cidadãos, são as primeiras que têm de se adaptar e evoluir com o querer dos cidadãos; nunca o contrário!

Escrevendo na década de 1950, Sir Isaiah Berlin proclamava:

Quero ser um instrumento dos actos da minha vontade própria, e não dos actos da vontade de outros homens. Quero ser um sujeito, não um objecto; ser movido pela minha razão própria, por propósitos conscientes que são os meus, não por causas que me afectam vindas do exterior, por assim dizer. Quero ser alguém: um agente decidindo, e não um objecto de decisões; autodireccionado e não afectado por alguma coisa externa ou por outros homens como se eu fora um objecto, ou um animal, ou um escravo, incapaz de desenvolver uma actuação humana, isto é, de conceber objectivos e programas de acção próprios e, bem assim, de os realizar... sinto-me livre, na medida em que creio que tal corresponde à verdade, e escravizado, na medida em que sou forçado a conceber que não o é.<sup>5</sup>

*Annus Mirabilis*. Os recentes acontecimentos na Europa de Leste e na União Soviética constituirão, sem dúvida, um ano verdadeiramente maravilhoso, se os nossos políticos europeus forem capazes de criar as estruturas políticas organizacionais no âmbito das quais os clamores de emancipação dos povos europeus possam ser cabalmente executados.

<sup>5</sup> Sir Isaiah Berlin, *Two Concepts of Liberty* (Oxford: Oxford University Press, 1958), p. 131.

Eis a nossa leitura dos fundamentos da onda de revoluções que tem vindo a varrer a União Soviética e o Leste europeu. Na senda da assunção do seu destino próprio, e da construção do seu futuro com as suas próprias mãos, é pelos ideais expressos há quase meio século por Sir Isaiah Berlin, acima citados, que aqueles povos têm vindo a clamar. Do mesmo modo que tal fazia parte integrante do ideário da nossa revolução de Abril, da qual o regime das autonomias regionais dos Açores e da Madeira não deixa de constituir um dos frutos mais paradigmáticos.

5. Jean Jacques Rousseau afirma a soberania na *vontade geral*, e a Constituição da República Portuguesa, na *nação*. Na nação, na cidadania, e não no estado! Assim, em causa está a exigência duma democracia efectiva em que, no exercício da respectiva soberania, os cidadãos disfrutem das condições adequadas para a execução dos ideais de liberdade e auto-realização acima focados.

Deste modo, a soberania não se nos afigura possível de ser representada no seio da nação, porque pertença inalienável da cidadania. Até mesmo no âmbito do paradigma estatal tradicional, a soberania era algo que a nação, enquanto organizada em estado, ostentava nas suas relações com o exterior, isto é, com outras nações organizadas em estado — nunca no seu próprio seio. Pelo que o envio de controladores (de Moscovo ou de capitais estatais) para as periferias, supostamente em representação de ideários socialistas, ou de soberania estatal, mas constituindo, de facto, elementos de controlo das actividades das populações e de sujeição das mesmas às superiores vontades de centrais detentores do poder, se nos afigure uma preversão da própria democraticidade pretendida.

Em Abril de 1974 estavam em causa ideais de liberdade, de emancipação, de democracia, de justiça social, de desenvolvimento — *de autonomia*; ideais não muito diferentes daqueles que têm vindo a alimentar as revoltas a Leste.

É a construção regional autonómica da Europa que se encontra em causa — única arquitectura política estrutural capaz de constituir *forum* adequado para a efectivação daqueles ideais. De *per si*, os estados tradicionais não bastam; quer pelas suas dimensões, quer pela amplitude das torrentes de tarefas que, diariamente, lhe são exigidas, quer

ainda pelas crescentes reclamações de autocontrolo e de participação efectiva na definição e na execução das políticas que moldam as vidas dos povos cada vez mais críticos deste nosso *Velho Continente*.

As regiões são reclamadas como os espaços geográficos, as unidades contentoras da nova actuação política. E autonomia é também reclamada como instrumento de emancipação, de auto-afirmação, de auto-definição, de autodeterminação, de auto-organização e de autogestão do eu, individual ou colectivo, em relação a outros que lhe são estranhos.

Auto-afirmação, autodefinição, autodeterminação, auto-organização e autogestão, *sem barreiras*; a não ser as que se reportam aos grandes princípios da *solidariedade* e da *subsidiariedade* ou *exacta adequação*. Autonomia implica a repartição de competências, de acordo com as necessidades e as capacidades de cada um dos níveis de estruturação política em que os cidadãos se encontram livremente organizados. Urge aproximar a definição e a execução políticas, no tratamento dos problemas, questões e desafios que nos são diariamente colocados; aproximá-los, tanto quanto possível, dos próprios cidadãos; resolvê-los exactamente ao nível em que eles se nos colocam, onde a sua resolução irá afectar as pessoas interessadas e lá onde a comunidade dispõe dos meios adequados para a sua efectiva definição e resolução.

6. Os órgãos de governo próprio da nossa Região Autónoma têm vindo a empenhar-se em tal construção da *Europa das Regiões*; quer no âmbito das Comunidades Europeias, quer no do Conselho da Europa. A sua especificidade geográfica e humana, reconhecida pelo próprio estipulado constitucional, para tal a vocaciona. E, se os ideais desta construção europeia detêm alguma validade no que se reporta à arquitectura política que se vem desenhando no Leste europeu, muito mais o terão para o Ocidente, detentor duma tradição democrática bem vinculada, e no qual nos procuramos integrar cada vez mais.

A hora é das regiões. Que Portugal o reconheça!

### Summary

The paper argues that 1989 was the true year of Europe — not 1974. It was the year of Europe because of the emancipation it witnessed of the Old Continent, from both superpowers, and because, with the downfall of the Berlin Wall, it also witnessed the final ending of both the Second World War, and the Cold War. The year of Europe, but mainly the year of Germany; and the year of Europe, because the year of Germany. Arguing the futures of Germany and of Europe to be interwined, this paper goes on to look at the revolutionary wave of events that has been sweeping through Eastern Europe and the Soviet Union — with Germany in the very eye of the storm — as representing a new opportunity for both Germany, and Europe: through federal unification. It was the year of Europe, because 1989 presented Germany and the Old Continent, with yet another chance for unity. But unity of a new type, one that goes beyond the traditional utopian approaches of both 1848 and 1948, as well as the state integration of the Treaties of Paris and of Rome, in the call for a Europe of the Regions, as the only organizational structure capable of fulfilling the very needs for self-regulation, self-realization — for autonomy — that have dictated the revolutionary character of 1989. Citizen, not state sovereignty, and the regional construction of Europe — as the single architectural structure capable of constituting an adequate forum for the realization of the ideals of freedom and autonomy that have grazed throughout Europe — such are the main thrusts of Mr. Pacheco Amaral's argument.